



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DO CAMPUS TRINDADE

**O LUGAR DA SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO DIANTE DA REFORMA DO NOVO
ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PROPOSTA CURRICULAR DE
PERNAMBUCO**

AUCILENE RODRIGUES DA SILVA

Artigo Científico apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Câmpus Trindade – Goiás, como requisito à obtenção do título de Especialista em Educação e Trabalho Docente.

Orientador(a): Prof. Dr. José Geraldo da Silva

AUCILENE RODRIGUES DA SILVA

**O LUGAR DA SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO DIANTE DA REFORMA DO NOVO
ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PROPOSTA CURRICULAR DE
PERNAMBUCO**

Artigo Científico apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Campus Trindade – Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação e Trabalho Docente.

Orientador (a): Prof. Dr. José Geraldo da Silva

Trindade - GO
2024

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

5586 Silva , Aucilene Rodrigues da
O lugar da Sociologia no currículo diante da
reforma do Novo Ensino Médio: uma análise a partir
da proposta curricular de Pernambuco / Aucilene
Rodrigues da Silva ; orientador Jose Geraldo da
Silva . -- Trindade, 2024.
19 p.

TCC (Graduação em Educação e Trabalho Docente) --
Instituto Federal Goiano, Campus Trindade, 2024.

1. Reforma do Ensino Médio. 2. Sociologia. 3.
Currículo. 4. Proposta Curricular de Pernambuco. I.
da Silva , Jose Geraldo, orient. II. Título.

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- Tese (doutorado) Artigo científico
 Dissertação (mestrado) Capítulo de livro
 Monografia (especialização) Livro
 TCC (graduação) Trabalho apresentado em evento

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Aucilene Rodrigues da Silva

Matrícula:

2023108301930409

Título do trabalho:

O LUGAR DA SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO DIANTE DA REFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PROPOSTA CURRICULAR DE PERNAMBUCO

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 05 / 07 / 2024

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Trindade

Local

21 / 06 / 2024

Data

Aucilene Rodrigues da Silva.

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)



Documento assinado digitalmente
JOSE GERALDO DA SILVA
Data: 05/07/2024 15:38:05-0300
verifique em <https://validar.it.gov.br>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO - CAMPUS TRINDADE
COORDENAÇÃO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu, Aucilene Rodrigues da Silva CPF: 097.450.474- 22, devidamente matriculado (a) no curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e Trabalho Docente do Instituto Federal Goiano – Campus Trindade, declaro a quem possa interessar e para todos os fins de direito que:

1. Sou o legítimo autor do artigo cujo título é: O LUGAR DA SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO DIANTE DA REFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PROPOSTA CURRICULAR DE PERNAMBUCO.

2. Respeitei a legislação vigente de direitos autorais, em especial citando sempre as fontes que recorri para transcrever ou adaptar textos produzidos por terceiros.

Declaro-me ainda ciente que se for apurada a falsidade das declarações acima, o artigo será considerado nulo e a homologação do diploma, porventura emitido, será cancelada, podendo a informação de cancelamento ser de conhecimento público.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Trindade, 21 de junho de 2024.

Aucilene Rodrigues da Silva.

Assinatura do Aluno(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 34/2024 - CE-TRI/GE-TRI/CMPTRI/IFGOIANO

ATA DE BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

Aos 14 dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às 19h (dezenove horas), reuniram-se os componentes da banca examinadora em sessão pública realizada por videoconferência, via Google Meet, pelo link: <https://meet.google.com/djb-ffpq-wnr>, para procederem à avaliação da defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, em nível de Especialização, intitulado "O LUGAR DA SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO DIANTE DA REFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PROPOSTA CURRICULAR DE PERNAMBUCO", de autoria de AUCILENE RODRIGUES DA SILVA, discente do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação e Trabalho Docente do Instituto Federal Goiano – Campus Trindade. A sessão foi aberta pelo Orientador e presidente da Banca Examinadora, Prof. Dr. José Geraldo da Silva, que fez a apresentação formal dos demais membros da Banca: Dr. Júlio César Garcia (IF Goiano - Campus Trindade), Ma. Angela Cláudia Dias Domingues (IF Goiano - Trindade). A palavra, a seguir, foi concedida à autora para, em 30 minutos, proceder à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu oralmente a autora. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo em vista as normas que regulamentam o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação e Trabalho Docente, e indicadas as correções pertinentes sugeridas, o Trabalho de Conclusão de Curso foi APROVADO. A conclusão do curso, como requisito para fins de obtenção do título de Especialista em Educação e Trabalho Docente, dar-se-á quando da entrega ao professor orientador da versão definitiva do Trabalho, com as devidas correções. Assim sendo, a defesa perderá a validade se não cumprida essa condição, em até 30 (trinta) dias da sua ocorrência. Cumpridas as formalidades da pauta, a presidência da mesa encerrou a sessão de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso às 20h34 (vinte horas e trinta e quatro minutos), e para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, será assinada eletronicamente pelo autor do artigo e pelos membros da Banca Examinadora.

Membros da Banca Examinadora

Nome	Instituição	Condição
Prof. Dr. José Geraldo da Silva	IF Goiano – Campus Trindade	Presidente
Prof. Dr. Júlio César Garcia	IF Goiano - Campus Trindade	Avaliador interno
Prof. Ma. Angela Cláudia Dias Domingues	IF Goiano - Campus Trindade	Avaliador externo

Documento assinado eletronicamente por:

- Aucilene Rodrigues da Silva, 2023108301930409 - Discente, em 18/06/2024 19:58:04.
- Angela Claudia Dias Domingues, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 18/06/2024 18:52:51.
- Julio Cezar Garcia, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - CMPTRI, em 18/06/2024 17:14:52.
- Jose Geraldo da Silva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 18/06/2024 17:09:12.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 14/06/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 607979
Código de Autenticação: 4f73ee64b0



O lugar da Sociologia no currículo diante da reforma do novo ensino médio: uma análise a partir da proposta curricular de Pernambuco

Aucilene Rodrigues da Silva¹

Resumo

Objetiva-se neste estudo analisar o lugar da Sociologia a partir do proposto na reforma do Novo Ensino Médio e assumida pelo estado de Pernambuco. Buscou-se identificar as alterações previstas na Lei 13.415/2017 relacionadas a este componente curricular. Como metodologia, trata-se de um estudo documental e bibliográfica, haja vista a necessidade de aprofundar a pesquisa em teóricos que abordam a recente reforma do novo ensino médio, que tem sido vista como uma ameaça para o ensino de Sociologia, pela flexibilização das disciplinas agrupadas por área de conhecimento e itinerários formativos. A escolha pelo currículo de Pernambuco deve-se ao fato de ser o lugar de atuação desta pesquisadora. No estado, a Sociologia é ofertada apenas no 2º ano da Formação Geral Base e inserida na área de Ciências Humanas Sociais e Aplicadas cujos componentes são: História, Geografia, Sociologia e Filosofia. No intuito de colaborar com esse desafio, o presente trabalho poderá contribuir na ampliação do conhecimento sobre a temática no meio acadêmico, na luta pela revogação da reforma do Novo Ensino Médio e, sobretudo, pela continuidade do ensino de Sociologia nos três anos do Ensino Médio.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio. Sociologia. Currículo. Proposta Curricular de Pernambuco.

Abstract

The objective of this study is to analyze the place of Sociology based on what was proposed in the reform of the New Secondary Education and assumed by the state of Pernambuco. We sought to identify the changes provided for in Law 13,415/2017 related to this curricular component. As a methodology, it is a documentary and bibliographical study, given the need to deepen research into theorists who address the recent reform of the new secondary education, which has been seen as a threat to the teaching of Sociology, due to the flexibility of disciplines. grouped by area of knowledge and training itineraries. The choice of the Pernambuco curriculum is because it is the place where this researcher works. In the state, Sociology is only offered in the 2nd year of Basic General Training and inserted in Social and Applied Human Sciences whose components are History, Geography, Sociology and Philosophy. To collaborate with this challenge, this work may contribute to expanding knowledge on the subject in the academic world, in the fight for the repeal of the reform of the New High School and, above all, for the continuity of Sociology teaching in the three years of High School.

Keywords: Secondary Education Reform. Sociology. Curriculum. Pernambuco Curriculum Proposal.

¹ Discente da Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Trindade – GO.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o lugar da Sociologia no currículo mediante a implementação da reforma do Novo Ensino Médio na proposta assumida pelo estado de Pernambuco. Para tal, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) identificar as alterações previstas na Lei 13.415/2017; b) analisar a nova organização do currículo proposto; e, c) verificar possíveis desafios para os docentes da “disciplina” de sociologia no contexto da reforma do Novo Ensino Médio a partir da proposta curricular adotada em Pernambuco.

Nos últimos anos o ensino de Sociologia vinha ganhando espaço, prestígio e força dentro do meio acadêmico, avançando de tal maneira a fomentar a construção de uma geração de pesquisadores nessa temática, aspecto este importante para a sua consolidação (Bodart, 2018).

Não obstante, a recente reforma do novo ensino médio tem sido vista como uma ameaça para o ensino de sociologia, uma vez que, a Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017,² flexibiliza as disciplinas por área de conhecimento e itinerários formativos, reiterando a obrigatoriedade da oferta nos três anos do Ensino Médio e reorganizando por competências e habilidades e não mais por disciplinas, mas por área de conhecimento (Campos, 2020). Nesse contexto, caberá a cada Estado responsável pela construção do seu currículo, em conformidade com a Lei, definir como o ensino de Sociologia será (ou não) inserido no currículo.

Pode-se citar como exemplo, o caso específico do estado de Pernambuco onde a sociologia é ofertada apenas no 2º ano da Formação Geral Base, ou seja, houve uma perda de espaço dentro da nova estrutura curricular. Está inserido na área de Ciências Humanas Sociais e Aplicadas cujos componentes são: História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

Diante do exposto, um desafio atual dos pesquisadores dessa temática, seja do ponto reflexivo ou metodológico, é analisar o lugar da sociologia dentro da proposta do novo ensino médio tanto no que diz respeito ao currículo oficial (com base nos

² “Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral” (Brasil, 2017).

documentos oficiais) quanto o disposto no currículo real (implementado pelos docentes nas escolas). No intuito de colaborar com esse desafio, o presente trabalho busca compreender o lugar da sociologia no currículo diante da reforma do Novo Ensino Médio a partir da análise da proposta curricular do estado de Pernambuco.

2 METODOLOGIA

Adotou-se como metodologia a pesquisa documental. Como fonte de pesquisa, as páginas oficiais dos governos Federal e Estadual para obtenção das informações referentes à reforma do Novo Ensino Médio nacional e, especificamente, do currículo de Pernambuco.

Fez-se necessário ainda um levantamento bibliográfico de produções acadêmicas acerca deste assunto. Para tal, a realização de pesquisa e seleção de trabalhos já elaborados sobre a temática, tais como: artigos científicos, revistas, dissertações, dentre outros.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Autores como Saviani (2020); Motta e Frigotto (2017); Silva; Boutin (2018) e Carneiro (2020) têm discutido sobre as aspirações das políticas neoliberais no campo educacional brasileiro, em especial, no contexto da reforma do novo ensino médio (Lei 13.415/2017), refletindo sobre os interesses do setor privado e do capital na reforma e apontando as principais mudanças previstas na lei.

Para Saviani (2020), a política educacional brasileira, desde o final da ditadura em 1985 até os dias atuais, caminha para a precarização geral do ensino. Para ele, essa precarização geral na educação pode ser visualizada através da análise dos “equipamentos, nas condições de trabalho e salários dos profissionais da educação, nas teorias pedagógicas de ensino e aprendizagem, nos currículos e na avaliação dos resultados” (Saviani, 2020, p. 4).

É nesse contexto de precarização das escolas e da educação como um todo, que os reformistas defendem a “liberdade de escolha” para os estudantes, por meio da flexibilização do currículo e “oferta” com um discurso pautado na defesa de

itinerários formativos. Todavia, não se observou uma pesquisa anterior e nem foi possível encontrar um relatório com o diagnóstico quanto ao contexto e realidade concreta da infraestrutura escolar brasileiras, especialmente das escolas públicas que ofertam Ensino Médio.

Essa proposta atinge diretamente a formação dos jovens apresentada no documento. Saviani aponta que este documento:

[...] propõe à comunidade escolar *'um salto no escuro'* ao sugerir a necessária substituição de disciplinas por *'itinerários formativos'* ancorados em uma Base Nacional Comum ainda não concluída e em uma articulação com o mercado de trabalho, alicerçados na reedição da dualidade e fragmentação entre a educação que será oferecida aos jovens das elites (formação intelectual) e aos jovens trabalhadores e filhos e filhas de trabalhadores (formação manual), reeditando o modelo do *período ditatorial, marcado pelo viés eficientista e mercadológico*. (Saviani, 2020, p. 9).

No que se refere à substituição de disciplinas por itinerários formativos e a nova estrutura do currículo, Carneiro (2020) comenta que:

Em sua nova configuração, o currículo passa a ser dividido em duas partes, sendo “composto pela Base Nacional Comum Curricular [BNCC – que é comum a todos os estudantes] e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino” (BRASIL, 2017a, p.1). Nesse contexto, apenas matemática, língua portuguesa e língua inglesa serão disciplinas obrigatórias nos três anos do currículo. Os conteúdos e práticas à educação física, arte, sociologia e filosofia, conforme o art. 35- A acrescido na LDB, estarão presentes na BNCC, porém sem a obrigatoriedade de configurarem disciplinas. A segunda parte do currículo apresenta-se como “flexível” porque teoricamente caracteriza-se como aquela a ser escolhida pelos estudantes, tendo sido batizada de “itinerários formativos” (Carneiro, 2020, p. 6).

Diante do exposto, um questionamento permanece: se não foi realizado um estudo sobre a realidade das escolas públicas de ensino médio, seja em relação à infraestrutura ou corpo de profissionais da educação envolvidos no processo formativo escolar formal destas unidades curriculares, qual seria a probabilidade real de oferta de itinerários formativos para discentes que frequentam o ensino médio? Infelizmente, não temos resposta, mas, é preciso novas investigações e estudos que auxiliem nesta análise. Vale lembrar que esta construção é respaldada pelo disposto na Lei 13.415/2017, sobre a qual trataremos no próximo item.

3.1 Conhecendo a Lei 13.415/2017: apontamentos e contribuições teóricas acerca da reforma do Novo Ensino Médio

A Lei 13.415/2017,

Altera as Leis n^o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n^o 5.452, de 1^o de maio de 1943, e o Decreto-Lei n^o 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n^o 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. (Brasil, 2017).

Tal normativa, proveniente da Medida Provisória n^o 746/2016, gerou a Lei n^o 13.415/2017, alterando artigos da LDB n^o 9.394/1996.

Segundo Silva (2021, p. 162), uma mudança imposta pelo mercado que “[...] fragiliza [...] ainda mais a qualidade da educação pública em função da educação privatizada que se impõe e esgarça o direito à educação, que é uma obrigação do Estado brasileiro”.

Continua Silva:

Dentre as alterações propostas, a Lei 13.415/2017 propôs a Reforma do Ensino Médio e compulsoriamente colocou a espinha dorsal do Ensino Médio em quatro áreas do conhecimento, **incluindo como obrigatoriedade no currículo, três anos do Ensino Médio em somente duas disciplinas, conforme expresso no art. 35-A, §3^o: “O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio”**. No que se refere à disciplina, consta no § 2^o que “A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente **estudos e práticas** de educação física, arte, **sociologia** e filosofia”. Tais disciplinas serão trabalhadas em conjunto, nos denominados “Projetos de Vida”. E, [...] sobre as obras didáticas por área de conhecimento, o número máximo de páginas do livro didático para esta área do conhecimento, ou seja, envolvendo educação física, arte, sociologia e filosofia, é de 160 páginas. Reduz-se o espaço dos conteúdos e propõe-se um material que parece se assemelhar mais a um ‘apostilão’ prepatório para concursos (Silva, 2021, p. 162-163. Grifos do autor).

O pesquisador chama a atenção para outro fato: além de ser trabalhada no que denominam “projetos de vida”, o material didático para esta área de conhecimento é delimitado até no quantitativo de páginas.

Retomando, de acordo com o art. 4^o da Lei n^o 13.415/2017, que altera o art. 36 da LDB 9.394/1996, as seguintes possibilidades a serem escolhidas pelos estudantes são: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências

da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas e V - formação técnica e profissional.

Apesar da propaganda positiva que circula em massa nas mídias pautadas na oportunidade de escolhas do jovem, com artistas da mídia fazendo propagandas defendendo a reforma, pessoas que sequer atuam no espaço escolar, o texto da lei deixa claro que a escolha dos itinerários fica a critério dos sistemas de ensino, e não do aluno (Silva; Boutin, 2018) e também lista as “possibilidades” ofertadas aos estudantes. O que implica dizer que o documento contém flexibilidade em relação a quais e quantos itinerários formativos a serem ofertados pelos sistemas de ensino (Carneiro, 2020).

Segundo Silva e Boutin (2018), outro ponto bastante discutido quando se trata da reforma do novo ensino médio é a ampliação da carga horária anual a ser cumprida pelos alunos que passou de 800 para 1400 horas. Permitindo que 20% dessa carga horária ocorra remotamente.

Outro aspecto apresentado no texto de lei e debatido pelos autores e autoras mencionados acima, consiste na possibilidade de contratação de “especialistas”, não-licenciados, para atuação como professores no quinto eixo dos itinerários formativos que se refere à formação técnica-profissional, ou seja, que apresentam *notório saber*. De acordo com a Lei nº 13. 415/2017, conforme exposto no art. 6, consideram-se profissionais da educação escolar básica, para atuação na formação técnica e profissional:

Profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado (Brasil, 2017, p. 1).

Nesse tocante, Silva e Boutin (2018, p. 530) diz que essa possibilidade gera uma “abertura cada vez maior para as parcerias público-privadas” e Motta e Frigotto (2017, p. 369) acrescentam que as parcerias público-privadas são tidas “como estratégias de privatização do ensino médio pela venda de pacotes e determinação do conteúdo e dos métodos de ensino por institutos privados ou organizações sociais, supostamente neutros.

Silva (2021, p. 44) lembra que

Na busca por um mínimo de qualidade no processo de ensino e aprendizagem, no que concerne ao processo de formação básica da vida em

sociedade, a **Lei nº 11.684/2008 incluiu a Sociologia como disciplina obrigatória na educação básica**, incluindo também a disciplina de filosofia (grifo nosso).

Silva (2021, p. 55) ainda lembra que “O conhecimento sociológico enquanto cultura escolar na forma de uma disciplina específica traz consigo um conjunto de saberes que, desde o surgimento da sociologia, ganhou importância”. Ou seja, não se trata de um conhecimento inventado agora. Além disso, reitera Silva (idem, p. 56-57):

A sociologia enquanto disciplina escolar é uma proposta de troca de saberes que ajuda na elucidação de problemas ligados à vida social. Em geral, são problemas associados a conflitos na vida em sociedade e que atingem diretamente o espaço escolar, bem como as políticas educacionais e as propostas de formação curricular.

Nesse sentido, ao fazer “[...] parte do currículo escolar público do nível médio, trata-se de uma disciplina que cumpre também uma função dentro do currículo, uma vez que o próprio currículo tem um valor em si, que é ser dentro da escola um instrumento de questionamento político social” (Silva, 2021, p. 57).

Reitera o pesquisador:

O saber sociológico enquanto disciplina escolar que faz a transposição do saber científico da realidade social não perde qualidade como saber escolar [...]. É deste modo que se pode afirmar que a disciplina de sociologia está integrada ao conjunto de saberes que se entendem necessários aos objetivos e finalidades educacionais da educação básica em sua proposta de formação cidadã (Silva, 2021, p. 57).

Se a Sociologia, como componente curricular, auxilia na formação cidadã, conforme afirma o autor supracitado, como o Currículo assumido pelo Estado de Pernambuco compreende este ensino? No próximo item, uma breve análise desta compreensão, haja vista este estudo tratar-se de um artigo.

3.2 Do Nacional ao Estadual: o currículo de Pernambuco mediante a reforma do Novo Ensino Médio

Na análise do documento curricular de Pernambuco, percebe-se um alinhamento à lógica de competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), podendo dizer que é uma aplicação integral da BNCC (Burity, 2022). E, conforme disposto no documento,

A construção desse Currículo atendeu aos documentos legais orientadores, em especial à Base Nacional Comum Curricular e às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, e também considerou as sugestões de professores, estudantes, comunidade escolar e demais instituições da sociedade civil que participaram ativamente do processo de construção (Pernambuco, 2021, p. 13).

Um documento que é “[...] fruto da parceria Secretaria Estadual de Educação e União dos Dirigentes Municipais da Educação – UNDIME” (idem, p. 13).

O currículo conta com quatorze trilhas que foram construídas a partir dos seguintes critérios: as diretrizes curriculares e os elementos de discussão que as áreas de conhecimento precisam abarcar; escuta dos professores e estudantes através da aplicação de questionários; os temas transversais e contemporâneos da BNCC; as proposições da equipe de redatores dos currículos; seminários online sobre os itinerários formativos e consulta pública (Pernambuco, 2021). No quadro a seguir, o título e página das trilhas mencionadas no Currículo estadual.

Quadro 1 – Trilhas por área de conhecimento

Ordem	Trilha	Área	Página
1	Comunicação	Linguagens	287
2	Identidades e Expressividade		311
3	Línguas e culturas de Mundo		336
4	Soluções ótimas	Matemática	359
5	Saúde coletiva e qualidade de vida	Natureza	384
6	Meio Ambiente e Sociedade		404
7	Direitos Humanos e Participação Social	Humanas	431
8	Juventude, Liberdade e Protagonismo		453
9	Diversidade Cultural e Territórios	Linguagens e Humanas	476
10	Modos de vida, cuidado e inventividade	Natureza e Linguagens	500
11	Possibilidades em rede e humanização dos espaços	Humanas e Matemática	526
12	Desenvolvimento social e sustentabilidade	Natureza e Humanas	550
13	Tecnologias digitais	Matemática e Natureza	575
14	Matematização, Design e Criatividade	Matemática e Linguagens	598

Fonte: elaborado pela autora a partir do Currículo de Pernambuco de 2021.

Das quatorze trilhas, duas possibilidades no campo das ciências humanas e setenta e três unidades curriculares das trilhas em que docentes poderão atuar e direcionar seus conhecimentos sociológicos para a aprendizagem de estudantes.

Em relação à finalidade do ensino de Sociologia, no documento do Currículo de Pernambuco do Ensino Médio (2021), afirma-se:

Neste documento, o entendimento sobre a finalidade do ensino da Sociologia vai além do objetivo de aprendizagem, intenta preparar para a cidadania. A intenção é ultrapassar essa dimensão discursiva e avançar para sua materialização, visando à formação humana e integral do ser ao desenvolver

o pensamento crítico-reflexivo do/a estudante. Objetiva-se aproximar o/a jovem da linguagem sociológica, ensinar a se afastar das circunstâncias imediatas (estranhamento) de seu cotidiano, observando a realidade a partir de uma ótica mais ampla, percebendo que, em outras sociedades, as pessoas se organizam de forma diferente para situações semelhantes (Pernambuco, 2021, p. 254).

O documento aborda sobre a importância da Sociologia. Inclusive, afirma que “[...] na matriz curricular do Ensino Médio de Pernambuco, a afirmação da Sociologia como componente curricular não se trata de uma mera formalidade” (Pernambuco, 2021, p. 255). Isso porque compreende que este componente

[...] Traduz uma compreensão de que seu ensino possa criar condições intelectuais para o desenvolvimento da personalidade do/a estudante (percepções, atitudes, valores, convicções e intervenções) e de uma ação humanizada. Entende-se que o objeto de estudo da Sociologia é a realidade social. Seus objetivos de aprendizagem passam pela compreensão dos processos de conflitos sociais, as permanências e as transformações das sociedades contemporâneas, sob o enfoque da análise das relações das estruturas sociais, da cultura, de gênero, das relações de poder e instituições políticas, a partir da apreensão de temas, conteúdos/conceitos sociológicos clássicos e contemporâneos, exigindo mediações necessárias (metodologias de ensino, estratégias, recursos) do trabalho docente numa perspectiva interdisciplinar freiriana que envolva estratégias de superação da fragmentação da ação humana em todas as suas dimensões e, assim, **desenvolva um ensino da Sociologia mais interessante, mais proveitoso, mais criativo e produtivo** para o/a jovem desse nível de ensino. (Pernambuco, 2021, p. 255. Grifo da pesquisadora).

O discurso de um “ensino da Sociologia mais interessante, mais proveitoso, mais criativo e produtivo”, conforme citação acima, de certa forma, parece reforçar um discurso que interfere na autonomia de docentes em sala quanto ao modo de ministrar suas aulas.

Um aspecto importante a ser citado quanto ao documento diz respeito à ênfase no protagonismo juvenil que ocasiona uma relativização da prática docente, pois descreve o papel do professor como de mediador do conhecimento. No entanto, a compreensão acerca desse papel mediador é variante na literatura. Por exemplo, em relação ao afirmado na citação anterior, como seria um discurso mais interessante? Proveitoso? Criativo e produtivo? São somente questionamentos que surgem, porque fica a impressão de que docentes precisam ficar ‘inventando’ estratégias para ‘atrair e agradar’ seus discentes.

E, principalmente, parece reforçar o discurso de que a Sociologia é um componente curricular ‘que não desperta o interesse de estudantes’, por isso, pode ser generalizada e diluída entre outros componentes curriculares, o que, de certa

forma, parece contradizer a compreensão da Sociologia como objeto de reflexão que auxilia na “[...] compreensão dos processos de conflitos sociais, as permanências e as transformações das sociedades contemporâneas [...]” e isso, “[...] sob o enfoque da análise das relações das estruturas sociais, da cultura, de gênero, das relações de poder e instituições políticas [...]” (Pernambuco, 2021, p. 255).

Vale mencionar que o professor de sociologia pode lecionar tanto nas eletivas como em projeto de vida, cabendo aos docentes disputarem espaço para fazer sua atuação, visto que, no currículo de Pernambuco a Sociologia aparece apenas no 2º ano da Formação Geral Base com duas horas-aula, ou seja, ocorreu uma redução da carga horária e, conseqüentemente, caso não atue em outras frentes, redução da remuneração. Uma reforma que atinge diretamente a categoria, mesmo considerando que sejam profissionais concursados para uma determinada carga horária.

Diante do exposto, evidencia-se outro desafio para pesquisadores dessa temática tanto do ponto reflexivo como metodológico é analisar o lugar de docentes da Sociologia dentro da proposta do novo ensino médio. Pois, de acordo com o documento, o professor de Sociologia pode assumir as eletivas e a disciplina de projeto de vida. Cabendo, portanto, aos docentes disputarem espaço para sua atuação docente.

Além das trilhas, importante destacar o quadro Sociologia – Organizador Curricular conforme disposto no documento curricular estadual, a seguir.

Quadro 2 – Sociologia – Organizador Curricular

SOCIOLOGIA – 2º ANO		
Habilidade/área	Habilidade	Objetos de conhecimento
(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.	(EM13CHS101SOC01PE) Analisar temas, fenômenos e processos sociais, econômicos, políticos e culturais, a partir de concepções clássicas e contemporâneas das Ciências Sociais e da Sociologia, fomentando a imaginação sociológica sobre diferentes narrativas e fontes que explicam a vida social.	1.0. Objetos de estudo da Sociologia: fato social, ação social e classe social; sociedade em rede, processo civilizador, modernidade líquida. 1.1. Conceitos e características de sociedade, organização social, instituições sociais, relações de poder, processos sociais, tipos de socialização, comunidade, grupo social, papéis e status sociais, interação social. 1.2. Princípios epistemológicos: Estranhamento e desnaturalização, imaginação sociológica.
(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.	(EM13CHS102SOC02PE) Analisar, criticamente, os contextos sociais, políticos, econômicos e culturais, de matrizes conceituais, advindas da modernidade, suas características e práticas no Brasil e no mundo contemporâneo, reconhecendo o relativismo cultural como crítica ao etnocentrismo.	1.0. Origem, concepções, características e influências na contemporaneidade do etnocentrismo, evolucionismo, antropocentrismo, racismo, modernidade. 1.1. Relativismo cultural como crítica ao etnocentrismo
(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).	(EM13CHS103SOC03PE) Compreender as Ciências Sociais, origem, objeto e objetivos, utilizando seus métodos e instrumentos para conhecer e produzir conhecimentos científicos sobre a realidade, diferenciando a abordagem sociológica do senso comum.	1.0. A formação das Ciências Sociais: Sociologia, Antropologia e Ciência Política: origem, objeto e processo de organização. 1.1. A Sociologia como ciência: senso comum e o mito do cientificismo 1.2. Métodos e instrumentos da análise sociológica. 1.3. O papel das Ciências Sociais na escola. 1.4. A Sociologia no Ensino Médio: objetivos e importância.
(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.	(EM13CHS104SOC04PE) Distinguir e valorizar objetos e elementos da cultura material e imaterial de diferentes povos e grupos étnico-raciais, pesquisando, reconhecendo e respeitando as diversidades socioculturais e identitárias e sua multiplicidade de conhecimentos, crenças, valores e práticas culturais na sociedade.	1.0. Concepções de cultura, cultura material e imaterial, cultura erudita e cultura popular. 1.1. Identidade cultural e interculturalidade, relações étnico-raciais, movimentos de contracultura. 1.2. Educação, Cultura e humanização, sistemas simbólicos e valores culturais e ideológicos.

<p>(EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.</p>	<p>(EM13CHS201SOC05PE) Descrever e relacionar o fenômeno da migração contemporânea – espontânea ou em refúgio –, no Brasil e no mundo, às questões da realidade social, econômica, política, religiosa e cultural.</p>	<p>1.0. Conceitos e características de migração, migrante, imigração, emigração, fronteira, transnacionalismo, redes transnacionais, refúgio, refugiado, capital social, preconceito, discriminação, xenofobia, estereótipos. 1.1. Migrações e questões econômicas, trabalho e melhoria das condições de vida. 1.2. Aspectos jurídicos da cidadania, direitos humanos e de cidadania.</p>
<p>(EM13CHS205) Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.</p>	<p>(EM13CHS205SOC06PE) Compreender e caracterizar as culturas juvenis, identificando seus significados, formas de cooperação social, problematizando questões como sexualidade, drogas, violência, criminalidade, relações de poder com instituições, grupos e/ou indivíduos.</p>	<p>1.0. Juventudes, nativos digitais, cultura juvenil, território juvenil, identidades territoriais. 1.1. Manifestações sociais, políticas e culturais das juventudes. 1.2. Relações de poder com as instituições sociais (família, vizinhança, escola, cidade, outras) e sociedade; patriarcalismo. 1.3. Discursos sobre juventude e discursos das e dos jovens, valores, relações sociais, relações de produção e consumo, lazer e consumo, estilos de vida, participação social e política, organizações juvenis.</p>
<p>(EM13CHS302) Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais–, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade.</p>	<p>(EM13CHS302SOC07PE) - Identificar e caracterizar questões relativas à exclusão e à inclusão precária dos povos indígenas, afrodescendentes e quilombolas nas políticas públicas brasileiras, a partir de indicadores econômicos, políticos, sociais, culturais e educacionais.</p>	<p>1.1. Desigualdade no Brasil - colonização, colonialismo e patriarcalismo como estruturas da desigualdade. 1.2. Desigualdades étnico-racial como fator estruturante da sociedade brasileira: indígenas, afrodescendentes e quilombolas.</p>
<p>(EM13CHS303) - Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo e à adoção de hábitos sustentáveis.</p>	<p>(EM13CHS303SOC08PE) Identificar o papel da cultura de massa na reprodução ou reinterpretação de ideologias, investigando as mudanças sociais, culturais e políticas, resultantes das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais desde a criação das indústrias culturais até o advento da internet e das plataformas digitais.</p>	<p>1.0. Conceitos de cultura de massa, consumo e consumismo, relações entre consumo e cidadania. 1.1. Reprodução cultural, comunicação, informação e ideologia. 1.2. Repercussões da ciência, tecnologia e inovação no mundo contemporâneo. 1.3. Indústria cultural no Brasil; meios de comunicação de massa, culturas locais e regionais. 1.4. Escola de Frankfurt e a indústria cultural; desenvolvimento tecnológico: internet, plataformas digitais.</p>

<p>(EM13CHS304) - Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.</p>	<p>(EM13CHS304SOC09PE) Relacionar identidades coletivas e Movimentos Sociais, explicitando suas mudanças, interações, ambiguidades e formas de atuação.</p>	<p>1.0. Movimentos Sociais: concepções, conceitos, origem, objetivos, características, projetos, ideologia, organização, conflito social, mudança e conservação. 1.1. Tipos e contextos sociais, econômicos, políticos e culturais dos movimentos sociais de classes, do campo, urbano, ambientalistas, indígena, quilombola, mulheres. 1.2. Concepções, conceitos, características e coexistência entre movimentos sociais tradicionais, "novos movimentos sociais" e movimentos sociais contemporâneos. 1.3. Unidades tradicionais e o direito à terra; política agrícola brasileira; participação feminina nos processos produtivos, o papel das mulheres na agricultura familiar.</p>
<p>(EM13CHS404) Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.</p>	<p>(EM13CHS402SOC10PE) - Compreender os fundamentos econômicos das sociedades contemporâneas e suas implicações na vida social, associando criticamente indicadores de trabalho, emprego, transformações tecnológicas, renda e escolaridade, no Brasil e no mundo, a processos de estratificação e desigualdade socioeconômicas, inclusões e exclusões de grupos sociais no mundo do trabalho.</p>	<p>1.0. Estratificação e as desigualdades socioeconômicas. 1.1. Processos e modos de produção, trabalho, mercado de trabalho, precarização do trabalho, emprego, subemprego, desemprego. 1.2. Educação, escolaridade, relações de produção e circulação de riquezas. 1.3. Transformações tecnológicas e mundo do trabalho; inclusão e exclusão pelas tecnologias de jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência.</p>
<p>(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.</p>	<p>(EM13CHS503SOC11PE) - Compreender as consequências provocadas pelo patriarcalismo, dentre elas a desigualdade entre gêneros e os fenômenos violentos naturalizados nas relações de poder, de forma a desnaturalizar as violências e as estruturas sociais da desigualdade.</p>	<p>1.0. Desigualdade entre gêneros no Brasil e no mundo. 1.1. Estrutura das sociedades patriarcais: violência e relações de poder; violência contra a população LGBTQI+, violência doméstica, sexual, feminina, infantil, na escola; formas de violência: física, simbólica, psicológica, econômica. 1.2. O Movimento de Sororidade no Brasil e no mundo como resposta da sociedade civil à desigualdade de gênero e aos direitos preteridos das mulheres.</p>
<p>(EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.</p>	<p>(EM13CHS601SOC12PE) - Refletir sobre exclusão e a inclusão de diferentes segmentos sociais nas políticas de redução de desigualdades e sua relação com os indicadores sociais, econômicos, culturais, educacionais, políticos brasileiros.</p>	<p>1.0. Desigualdade social e pobreza nas sociedades contemporâneas. 1.1. Indicadores sociais, econômicos, culturais, educacionais, políticos da desigualdade e mobilidade social; meritocracia versus desigualdades. 1.2. Políticas de inclusão e redução de desigualdades no Brasil contemporâneo. 1.3. Políticas públicas e governamentais de inclusão e redução de desigualdades no Brasil, políticas afirmativas: alcances e limites.</p>

<p>(EM13CHS501) - Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.</p>	<p>(EM13CHS501SOC13PE) - Compreender a importância da sociedade civil organizada no Brasil e no mundo como agente de luta e resistência aos totalitarismos e autoritarismos de Estado, identificando conexões e interações entre o Estado Democrático de Direitos, os fundamentos dos direitos de cidadania e os princípios éticos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.</p>	<p>1.0. Definição de sociedade civil organizada; exemplos no Brasil e no mundo. 1.1. Aspectos básicos da organização do Estado Brasileiro: regimes político e períodos de democracia e ditadura. 1.2. Características do Estado Democrático de Direito brasileiro; direitos humanos e a Declaração Universal de 1948: princípios e valores.</p>
---	--	---

Fonte: elaborado pela autora a partir do Currículo de Pernambuco de 2021 (p. 279-285).

Observa-se, como exposto no quadro, que é muito conteúdo que faz parte do componente curricular de Sociologia. Como é possível trabalhar todos estes assuntos em apenas um ano e com duas aulas semanais? Para Silva (2021, p. 90), os conteúdos trabalhados em Sociologia,

[...] de certa forma, incomodam quem não deseja mudanças na sociedade. Contudo, por mais que estes conteúdos sejam escamoteados pelas ideologias dominantes, eles proporcionam debates que conduzem os alunos a questionamentos além do espaço da sala de aula. O que se observa na prática cotidiana do professor de Sociologia é que tais conteúdos, quando trabalhados em sala de aula, instigam o debate principalmente por alunos advindos de classe trabalhadora cujos familiares recebem baixos salários. A consciência do ser-trabalhador-assalariado gera impacto. Amplia-se a visão daqueles que são excluídos dos bens socialmente criados e que lhes são negados.

Silva ainda afirma que isto contribui nos “embates gerados quanto à permanência ou retirada das disciplinas de Sociologia e Filosofia da formação dos jovens do Ensino Médio” (2021, p. 91). Afinal, continua o pesquisador, “[...] o grande sonho dos detentores do poder seria eliminar a indeterminação humana, quando se prioriza a automação do trabalho. Formar mão de obra não pensante e retirar o aspecto prático do existir humano para concentrar ainda mais as riquezas sem que os empobrecidos se perguntem as razões de seu existir socialmente”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos o ensino de Sociologia vinha ganhando espaço, prestígio e força dentro do meio acadêmico, avançando de tal maneira a fomentar a construção de uma geração de pesquisadores nessa temática, aspecto este importante para a sua consolidação (Bodart, 2018).

Não obstante, a reforma do novo ensino médio tem sido vista como uma ameaça para o ensino da disciplina, haja vista a Lei 13.415/2017 flexibilizar as disciplinas por área de conhecimento e itinerários formativos, reiterando a obrigatoriedade da oferta nos três anos do Ensino Médio e reorganizando por competências e habilidades e não mais por disciplinas, mas por área de conhecimento. Essa alteração pode acarretar diluição e descaracterização das disciplinas nas áreas, usando-se da justificativa de interdisciplinaridade, atratividade, possibilidade de escolha aos alunos e protagonismo juvenil (Campos, 2020).

No que diz respeito ao lugar e/ou papel da sociologia dentro dessa nova configuração do Novo Ensino Médio, especificamente, no currículo do estado de Pernambuco, observou-se que ela está inserida na área de Ciências Humanas Sociais e Aplicadas cujos componentes são: História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

Além disso, percebe-se que o ensino de sociologia perdeu espaço dentro da nova estrutura curricular, sendo ofertado apenas no 2º ano da Formação Geral Base. Sendo, portanto, importante que, em pesquisas futuras, seja investigado como esse currículo está sendo trabalhado/implementado pelos docentes nas escolas públicas a fim de compreender suas percepções e vivências acerca do ensino de sociologia diante da reforma do Novo Ensino Médio e traçar e/ou sistematizar as estratégias para atuação docente e de luta por espaços dentro dessa nova organização curricular.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BODART, Cristiano das Neves. [Prática de ensino de sociologia: as dificuldades dos professores alagoanos](#). Mediações, v. 23, n.2, 2018.

BURITY, Joanildo. A Sociologia na Reforma do Ensino Médio nos Estados. **Fundação Joaquim Nabuco**. Recife, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wKz9zh8704w>. Acesso em: 2 jun. 2023.

CAMPOS, Fábio Guimarães. **O Lugar da Sociologia no Novo Ensino**: Os Impactos da BNCC para o Ensino, Currículo e integração Curricular. 108 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Vale do São Francisco. Juazeiro, 2020.

CARNEIRO, Italan. Reforma do ensino médio (Lei 13.415/2017): retrocesso no ensino médio propedêutico e técnico – profissionalizante. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, vol. 1, 2020, dez/2018 – fev/2020, p. 1-16. Paraíba, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Método e Técnicas em Pesquisa Social**. 6. Ed. – São Paulo. Atlas, 2008.

MOTTA, Vânia Cardoso da. FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência na reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei 13. 415/2017). **Educação & Sociedade**, vol.38, nº 139, 2017, abr. – jun., p. 355- 372. São Paulo, 2017.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. **Currículo de Pernambuco Ensino Médio**. Recife, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio/pdfs/RCSEPE.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-18, jan./dez., 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21512>. Acesso em: 11 abr. 2023.

SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel da. BOUTIN, Aldimara Catarina. Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. **Educação**, vol. 43, nº3, 2018, jul.- set., p.521- 534. Rio Grande do Sul, 2018.

SILVA, José Geraldo da. **Concepções de “Política” no livro didático de Sociologia do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Goiano – Campus Trindade (Plano Nacional do Livro Didático 2018-2020)**.¹ 30/08/2021 192 f. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/4719>. Acesso em: 13 maio 2024.